

1232 A PEMEX

A Pemex corresponde, no México, à nossa Petrobrás: é o órgão do monopólio estatal do petróleo. Lá, como aqui, discute-se a conveniência desse monopólio — e há pouco tempo correu muito a notícia de que o México resolvera abandonar essa política. Na rápida visita que fiz há pouco ao país amigo, resolvi apurar o que havia e passei uma tarde conversando com dirigentes da Pemex. É dessa conversa e de meu contacto com outras figuras da administração mexicana e da imprensa que trago as notas aqui utilizadas.

Não, o México não modificou sua política de petróleo e nada indica essa possibilidade, pelo menos no futuro imediato. A Pemex tem tido dificuldades e continua a tê-las; mas elas são mínimas em face das que teve de enfrentar no passado.

CONTRA O MONOPOLIO
Quais são os argumentos contra o monopólio da Pemex? Eles estão resumidos na moção aprovada pela Confederação de Camaras Nacionais de Comercio em 1957.

Ali se recorda, que, de 1918 a 1922, o México chegou a ocupar o segundo lugar como produtor de petróleo no mundo. Os casos mais dramáticos de poços individuais ocorreram em seu solo e, naquela época, correu no país um dos mais caudalosos rios de petróleo que o mundo já conheceu. Pouco aproveitou, entretanto, o México, dessa imensa riqueza extraída do seu subsolo. O grosso dos lucros saiu do país, nele deixando apenas uma pequena fração, desproporcionada e insuficiente.

Com base na Constituição de 1917, o México iniciou a reconquista de seus direitos fundamentais em matéria de petróleo, com uma política tendente a colocar seu aproveitamento em bases de equidade e de reconhecimento de sua dignidade e soberania.

Os interesses petroleiros estrangeiros elevaram ao ponto máximo o ritmo de produção nos anos de 1918 a 1923 e começaram a desviar para a Venezuela suas grandes inversões para a busca de novas jazidas e seu aproveitamento. Em 1921 o México produziu 193 milhões de barris e a Venezuela apenas 1. A coisa foi mudando a um ponto que em 1956 o México produziu 93 milhões de barris e a Venezuela 895 milhões.

O memorial lembra a seguir que em 1938 o governo mexicano (Lázaro Cárdenas), depois de um grave conflito com as companhias estrangeiras, cujo comportamento era indefensável, expropriou todas as instalações dessas empresas no México.

Em consequência dessa decisão, o México teve de enfrentar uma crise que pôs à prova todos os seus recursos econômicos, morais, e nacionais; fecharam-se totalmente os mercados de exportação, negaram-se transporte e maquinaria, retiraram-se técnicos; o abastecimento de combustível para o transporte e a indústria no in-

terior do México ficou suspenso.

Apesar de tudo, o México venceu esta crise, o que, reconhece o memorial, foi uma façanha extraordinária que surpreendeu o mundo inteiro e especialmente os trustes petroleiros.

Com o tempo, a Pemex chegou a atender às necessidades sempre crescentes de petróleo do país. Mas, nos últimos anos, esse equilíbrio se modificou e começa a aparecer um déficit crescente entre as necessidades nacionais de combustíveis e a produção alcançada pela Pemex. Se esse déficit agravar-se, o país teria de gastar uma soma cada vez maior de divisas para importar petróleo, com prejuízo de outras importações imprescindíveis ao seu desenvolvimento econômico, como máquinas para indústrias, etc.

Ora — continua o memorial — sabe-se pela experiência anterior a 1938 e por muitas outras descobertas posteriores que o México possui uma grande riqueza petrolífera, "comparável às outras grandes acumulações do mundo", mas essa grande riqueza "não tem sido devidamente aproveitada". Em 1956, enquanto a produção diária dos Estados Unidos foi de 7.146.000 barris, a da Venezuela de 2.450.000 barris, a do Kuwait de 1.075.000 barris, o México está colocado em 8.º lugar, com 225 mil barris diários.

Ora, é urgente para o México — para o desenvolvimento de sua economia e elevação do nível de vida de seu povo — aproveitar em maior escala sua riqueza petrolífera para poder atender às suas necessidades crescentes e obter divisas com a exportação de excedentes. Se a situação financeira da Pemex não permite isso, é urgente mobilizar também os recursos do capital privado e de particulares. Se eles não forem suficientes, "deverá recorrer-se ao capital exterior, pelos canais do crédito, governamental ou privado, ou mediante a cooperação financeira de organismos internacionais".

Em última instância, — e aqui o memorial chega a seu fim — "em última instância se deverá negociar com o capital privado internacional em condições de pleno respeito à dignidade e à soberania nacional e mediante o aproveitamento equitativo dos lucros do próprio petróleo".

Em suma: o órgão máximo do comércio mexicano acha (esse memorial feito em 1957) indispensável a quebra do monopólio estatal exercido pela Pemex, admitindo a concorrência do capital privado nacional — e mesmo internacional.

O memorial acaba sugerindo a criação de uma "Grande Comissão Nacional" integrada "pelos melhores e mais representativos homens do México, tanto do setor oficial como da iniciativa privada" para rever a política nacional do petróleo.

A sugestão não foi aceita. Em próximo artigo mostraremos por que.

Jan. 60